

Justiça frágil com insegurança

FOTOS: SÉRGIO ALMEIDA

TENTATIVAS DE ROUBO DE PROCESSOS TEM DEIXADO OS FUNCIONÁRIOS DOS FÓRUNS E CARTÓRIOS PREOCUPADOS

Luís Augusto Gomes

A insegurança gerada pela tentativa do furto de um processo, ocorrida no Fórum de Planaltina, por um falso advogado, colocou à mostra a fragilidade que existe na segurança do Tribunal de Justiça e nos demais fóruns do Distrito Federal. Preocupados com a situação, alguns juízes decidiram reforçar a segurança, principalmente no tocante ao acesso de pessoas aos tribunais, como ocorre nos pedidos de vista a processos nos cartórios.

Ameaças de bombas em dias de julgamentos considerados importantes, revolta de condenados e tentativas de fugas são acontecimentos comuns nos tribunais, atualmente. Semana passada, por exemplo, um telefonema anônimo dirigido ao Fórum de Taguatinga informava a explosão de uma bomba na 3ª Vara Criminal.

Resultado: julgamentos foram adiados e as pessoas abandonaram o prédio às pressas, mas nada foi encontrado. Calcula-se que mais de 20 mil pessoas, entre desembargadores, juízes, promotores, funcionários, advogados e pessoas comuns, circulam diariamente pelas dependências do Tribunal de Justiça e fóruns do DF.

De acordo com informações de pessoas do próprio Tribunal, somente no TJDF passam por dia 14 mil pessoas em suas três portarias. A inexistência de portas giratórias e de detectores de

metais, inclusive os portáteis, contribui para aumentar a insegurança.

Existe uma certa inquietação entre os funcionários, principalmente entre aqueles que trabalham nos cartórios, onde qualquer pessoa tem acesso aos processos. Por medo, eles preferem não se identificar, mas admitem que trabalham sob tensão, preocupados com a segurança, na entrada de pessoas nos fóruns, e com o cuidado que têm na entrega de um processo a um advogado.

Existem casos de advogados que tentam desaparecer com partes de um processo. Segundo uma diretora de cartório, os fóruns são muito vulneráveis, principalmente à noite. "São repartições públicas onde todas as pessoas têm acesso e quando acontece o julgamento de um caso barra-pesada é natural que todos tenham receio", afirmou a servidora.

A insegurança é maior ainda no Tribunal de Justiça do DF, até mesmo pela quantidade de pessoas que transitam pelo local. Nem mesmo para ter acesso ao plenário do júri as pessoas são revistas.

O risco é enorme de alguém entrar armado no local. De acordo com a assessoria de imprensa do TJDF, nenhum diretor do Tribunal quis se pronunciar a respeito do assunto.

A verdade é que a tentativa de furto do processo, em Planaltina, contou com a participação de policiais civis do DF e de Goiás, envolvidos com uma poderosa quadrilha criada para cometer grandes assaltos. Da lista constam o roubo de 60 quilos de ouro de um avião da Vasp, no Aeroporto de Brasília; dos computadores da Faculdade Euro-Americana; e um assalto a um colégio de Sobradinho.



NENHUMA das três entradas do prédio do Tribunal de Justiça do DF tem porta giratória nem detector de metais



OS MECANISMOS de segurança nem sempre são utilizados

Segurança reforçada

Criada em agosto do ano passado por decreto do governador Joaquim Roriz, a 20ª Companhia de Polícia Militar Independente (CPMInd) tem como tarefa principal o policiamento ostensivo nos fóruns, Tribunal de Justiça e Ministério Público. Em pouco mais de um ano, os policiais da Companhia ainda não tiveram que atuar em um caso relevante.

Com 190 policiais, a 20ª CPMInd é comandada pelo major Bartolomeu de Vasconcelos. Sua equipe, diz ele, trabalha com os agentes de segurança dos fóruns.

O comandante acredita que a presença ostensiva do policial militar, nos pontos estratégicos desses prédios, garante mais segurança a quem transita pelos tribu-

nais. "Ainda não tivemos um caso considerado grave, ocorrido nos fóruns", afirma o major Vasconcelos.

Ele acrescenta que, na tentativa do furto do processo em Planaltina, quem dificultou a ação dos bandidos foram os próprios seguranças do Fórum, em conjunto com agentes da Polícia Civil. No caso da denúncia da bomba no Fórum de Taguatinga foi acionada a equipe "Operação Petardo", onde atuam os policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOP) da Polícia Militar e da Divisão de Operações Especiais (DOE) da Polícia Civil.

"Se tivermos de mostrar nosso trabalho, estaremos preparados para qualquer emergência", garante Vasconcelos. (L.A.G.)

Prédio novo e vulnerável

Inaugurado há pouco mais de dois meses, num suntuoso prédio, o Fórum do Gama, como os demais, não tem porta giratória nem detector de metais. O controle da entrada de pessoas ao local é feito por agentes de segurança do TJDF, em conjunto com policiais da 20ª Companhia de Polícia Militar Independente (CPMInd).

Apesar da fragilidade da segurança, ainda não houve incidentes, nos 45 dias de funcionamento do Fórum, no novo prédio. No entanto, a tentativa de furto do processo, em Planaltina, fez com que a diretora do Fórum, juíza Soniría Rocha Campos D'Assunção, adotasse providências para reforçar a segurança do órgão.

Ela aguarda para esta semana a instalação de portas com detectores de metais e a aquisição dos chamados pica-paus (detectores de metal portáteis). Além dessa providência, os funcionários dos cartórios foram orientados a redobrar a atenção.

"Precisamos de segurança em geral e a identificação das pessoas é importante", disse a juíza. Soniría D'Assunção afirma que, mesmo sem a porta giratória e os pica-paus, existe o controle do acesso de pessoas ao Fórum.

"Agentes do Posto de Serviço Predial (PSP) do Fórum e policiais militares estão espalhados pelos pontos estratégicos de acesso às suas repartições", justifica.

Segundo a juíza, os advogados têm prioridade no acesso aos autos, mesmo aos que correm em segredo de Justiça. E se o advogado pedir vistas dos autos, levam o processo, esquecem no carro, o veículo é furtado ou roubado e o processo desaparece. Aí a Justiça precisa contar com um procedimento previsto no Código do Processo

Civil, que é a restauração dos autos.

A informática contribuiu muito com a restauração e os processos que requerem maior cuidado são duplicados e têm

cópias guardadas nos cartórios. De acordo com Soniría D'Assunção, se for necessário, todos os envolvidos (testemunhas, vítimas, autores) podem ser novamente chamados a prestar novas declarações visando a restauração dos autos.

Isso significa que, se um processo for extraviado, a Justiça não terá dificuldades em refazê-lo. Na opinião da juíza, a tentativa de furto ocorrida no Fórum de Planaltina seria inútil para as pessoas envolvidas. (L.A.G.)

Carteira da OAB dificultará fraude

A tentativa de furto do processo por José Ronaldo da Silveira, que apresentou uma carteira falsa de advogado, envolveu também policiais civis do DF e do Entorno. Por isso, os integrantes do conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção DF, tomaram uma medida drástica para evitar que novos casos se repitam. A direção da entidade

Policiamento ostensivo ajuda

Há cinco anos exercendo a chefia do Posto de Serviço Predial (PSP) do Fórum de Planaltina, Cláudio Isidro de Moura diz que a segurança do fórum é muito boa. Doze agentes e 11 policiais militares trabalham em sintonia.

Além disso, o Fórum tem uma porta com detector de metais e usa pica-pau para permitir às pessoas o acesso ao plenário do júri. "Quando suspeitamos de alguém chamamos um policial e o aborremos", explica Moura.

Nos julgamentos de pessoas consideradas perigosas, o policiamento é reforçado pelo comando do 14º Batalhão de Polícia Militar, responsável pela segurança ostensiva em Planaltina. No caso do falso advogado que tentou furto o processo, Cláudio Moura afirma que o falsário foi detido pelos seguranças do fórum. (L.A.G.)

de decidiu, sexta-feira, mudar a carteira de identidade do advogado.

O documento será fabricada pela Casa da Moeda, terá código de barras e foto. Segundo o vice-presidente da OAB-DF, Carlos Mário Veloso Filho, a carteira terá validade nacional e o advogado, para retirar um processo, terá de passá-la por um coletor de dados que lê

código de barras.

Na opinião de Veloso Filho, esse processo dificultará as tentativas de fraude. Além disso, a nova carteira facilitará o controle da Ordem sobre o credenciamento de advogados não regularizados com a entidade.

Segundo ele, a Lei Federal 8.906/94, conhecida como o estatuto do advogado, assegura ao profissional com

Olho na corrupção policial

A falta de segurança nos fóruns é antiga. O juiz Edson Alfredo Martins Ismanioto, ficou frente a frente com um réu armado de revólver durante um julgamento, na 6ª Vara Criminal. O promotor Wilton Queiroz de Lima sofreu ameaças de morte e ficou dois anos escoltado por seis policiais militares.

No caso do juiz Ismanioto só não ocorreu uma tragédia porque ele teve muita habilidade. Durante a audiência, o réu foi ao banheiro e recebeu a arma de alguém. Inconformado com o veredito, o réu ameaçou matar o juiz. Depois de muita conversa, Ismanioto convenceu o acusado a não matá-lo.

Wilton de Lima foi um dos primeiros promotores a atuarem no Núcleo de

Investigações Criminais de Controle Externo da Atividade Policial. O órgão foi criado pelo procurador-geral de Justiça Humberto de Ulhoa, em 1997.

Um caso que marcou os funcionários da entidade foi a prisão de um agente da Polícia Civil e de dois policiais militares envolvidos na extorsão a uma traficante da Ceilândia. Policiais se recusaram a prender os colegas.

O promotor recorreu ao Batalhão da PM da Ceilândia e prendeu os três acusados. Todos foram condenados. Lima foi ameaçado de morte. Por isso, o procurador-geral Humberto de Ulhoa reforçou a segurança dos membros do Ministério Público e mudou a estratégia de trabalho dos promotores. (L.A.G.)

Processos sob controle rigoroso

A juíza Carmen Nicea Bitencourt, diretora do Fórum de Taguatinga, determinou ao encarregado do PSP, José Lopes dos Reis e aos funcionários dos cartórios mais rigor na entrada de pessoas no prédio e nos pedidos de vistas de processos.

O serviço dos cartórios é delicado, diz a chefe do cartório da Vara Criminal do Fórum de Taguatinga, Maria Aparecida Paes da Rocha. E para o advogado ter acesso aos autos, precisa de procuração ou autorização do juiz que cuida do caso. Porém, muitas vezes a procuração é dada verbalmente pelo réu ao advogado. Maria Aparecida cita o caso de um advogado que pediu vistas de um processo e comeu uma nota promissória. E se o advogado quer cópia dos autos, um funcionário do cartório o acompanha. (L.A.G.)

Agentes de segurança do Fórum do Gama e policiais militares estão espalhados pelos pontos estratégicos de acesso às repartições